

10 maio 23 - Relatório sobre mineração do Sinal de Fumaça é destaque em mais de 350 veículos e gera debate e audiências na Câmara dos Deputados e no Senado

<https://www.sinaldefumaca.com/2023/05/10/relatorio-sobre-mineracao-do-sinal-de-fumaca-e-destaque-em-mais-de-350-veiculos-e-gera-debate-e-audiencias-na-camara-dos-deputados-e-no-senado/>

[O relatório &#8220;Dinamite Pura: como a política mineral do governo Bolsonaro armou uma bomba climática e anti-indígena&#8221;](#), lançado em 27 de março pelo Observatório da Mineração e pelo Sinal de Fumaça, vem gerando debate e resultou em audiências públicas na Câmara dos Deputados e no Senado. O documento, que analisou o modelo mineral brasileiro durante o governo Bolsonaro, apontou a existência de um favorecimento à indústria da mineração, além de colocar em xeque o sistema de autolicensing e a exploração mineral em terras indígenas. O relatório ganhou destaque em mais de 350 veículos de comunicação, incluindo a [Agência Brasil](#), [TV Brasil](#) e a [coluna de Miriam Leitão n&#8217;O Globo](#), gerando reações tanto de ambientalistas quanto do setor da mineração. [Na quinta-feira, 27 de abril, a Câmara dos Deputados realizou uma audiência pública sobre os resultados do relatório, trazendo o debate sobre o modelo mineral brasileiro](#). Participaram da audiência na Câmara Daniel Pollack, Superintendente de Arrecadação da Agência Nacional da Mineração (ANM), Maurício Ângelo, Fundador e Diretor do Observatório de Mineração, e Rebeca Lerer, fundadora e coordenadora do Sinal de Fumaça. Houve uma doutrinação de choque, com notícias falsas e desinformação, além de desregulamentação (da legislação), aparelhamento de instituições de controle social, desmobilização de órgãos de controle e criminalização de movimentos sociais. Vimos uma mistura de táticas para fazer avançar uma agenda predatória do uso da terra, seja para mineração ou agricultura, que resultou em aumento da violência e do desmatamento?, disse Lerer. Os participantes da audiência contribuíram com questões sobre a situação dos trabalhadores em garimpo, a destinação adequada dos recursos da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral) nos municípios e a impossibilidade de se apontar um exemplo de mineração sustentável?. [É possível assistir a audiência pública no Youtube. Na quarta-feira, 10 de maio, o Senado Federal sediou um debate sobre o relatório &#8220;Dinamite Pura&#8221; e examinou os 4 anos de atividades climáticas e anti-indígenas realizadas pelo governo de Jair Bolsonaro](#). O evento contou com a presença de vários especialistas, incluindo Maurício Ângelo, do Observatório da Mineração, André Elias Marques, Ouvidor da Agência Nacional de Mineração e Suely Araújo, ex-presidente do Ibama e especialista sênior em políticas públicas do Observatório do Clima, além da participação remota de Rebeca Lerer, coordenadora do Sinal de Fumaça, e Juliana de Paula Batista, representando o Instituto Socioambiental. O foco principal do debate foi o &#8220;negacionismo mineral&#8221; e o autolicensing no setor da mineração em terras indígenas. Além disso, foi discutido que a mineração representa apenas cerca de 1% do PIB brasileiro, consome 11% da eletricidade e emprega apenas 200 mil pessoas, muitas delas em atividades de alto risco e terceirizadas. O licenciamento ambiental foi outro ponto de destaque, com a pressão das empresas mineradoras e da indústria para incluir a mineração na Lei do Licenciamento (PL 3729). A influência que as mineradoras exercem no processo de licenciamento foi vista como um problema, pois elas têm incentivado barragens em estado iminente de rompimento em todo o país. [O debate completo está disponível no site do Senado](#).